

Economia Digital e Tributação do Consumo no Brasil

2022

José Evande Carvalho Araujo

ECONOMIA DIGITAL E TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO NO BRASIL

© Almedina, 2022

AUTOR: José Evande Carvalho Araujo

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO: Laura Roberti

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9786556276854

Outubro, 2022

1228348

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Araujo, José Evande Carvalho
Economia digital e tributação do consumo no Brasil / José
Evande Carvalho Araujo. – São Paulo, SP : Almedina,
2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5627-685-4

1. Direito e tecnologia 2. Direito tributário
3. Direito tributário – Brasil 4. Economia digital
5. Sistema Tributário Nacional 6. Tributação – Brasil. Título.

22-121863

CDU-34:336.2(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9380

Conselho Científico Instituto de Direito Público – IDP

Presidente: Gilmar Ferreira Mendes

Secretário-Geral: Jairo Gilberto Schäfer; *Coordenador-Geral:* João Paulo Bachur; *Coordenador Executivo:* Atalá Correia

Alberto Oehling de Los Reyes | Alexandre Zavaglia Pereira Coelho | Antônio Francisco de Sousa | Arnoldo Wald | Sergio Antônio Ferreira Victor | Carlos Blanco de Moraes | Everardo Maciel | Fabio Lima Quintas | Felix Fischer | Fernando Rezende | Francisco Balaguer Callejón | Francisco Fernandez Segado | Ingo Wolfgang Sarlet | Jorge Miranda | José Levi Mello do Amaral Júnior | José Roberto Afonso | Elival da Silva Ramos | Katrin Möltgen | Lenio Luiz Streck | Ludger Schrapper | Maria Alcília Lima Peralta | Michael Bertrams | Miguel Carbonell Sánchez | Paulo Gustavo Gonet Branco | Pier Domenico Logoscino | Rainer Frey | Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch | Laura Schertel Mendes | Rui Stoco | Ruy Rosado de Aguiar | Sergio Bermudes | Sérgio Prado | Walter Costa Porto

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	35
Contexto do Estudo	35
Delimitação dos Objetivos da Pesquisa e da Tese a Ser Defendida	39
Metodologia	43
Estrutura do Livro	45
1 ECONOMIA DIGITAL, GLOBALIZAÇÃO, NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS E DESAFIOS QUE IMPÕEM À TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO	49
1.1 Revolução Tecnológica e Economia Digital	50
1.2 A Digitalização da Economia e a Quarta Fase da Globalização	56
1.2.1 A Evolução do Processo de Globalização e as Novas Tecnologias	56
1.2.2 Novas Tendências das Cadeias Globais de Valor	60
1.2.3 Globalização e Tributação	64
1.3 Economia Digital e Tributação do Consumo	66
1.3.1 Princípios e Modelos de Tributação do Consumo	67
1.3.2 Novos Modelos de Negócios e seus Desafios à Tributação do Consumo	74
1.3.2.1 Escala Internacional sem Presença física	75
1.3.2.2 Fundamentação em Intangíveis	77
1.3.2.3 Mobilidade de Consumidores, Usuários e Partes dos Negócios	78
1.3.2.4 Dependência de Dados e da Participação dos Usuários e Efeitos de Rede	78
1.3.2.5 Modelos de Negócios Multilaterais	79
1.3.2.6 Tendência ao Monopólio ou Oligopólio e Volatilidade dos Mercados	81
1.3.3 Criação de Valor nos Negócios Digitais e a Tributação do Consumo	81
1.3.4 Modelos de Negócios Digitais Específicos e a Tributação do Consumo	87

1.3.4.1	Comércio Eletrônico (<i>e-commerce</i>)	87
1.3.4.2	Plataformas de Economia Compartilhada (<i>Sharing and Gig Economy</i>)	90
1.3.4.3	Redes Sociais	96
1.3.4.4	Computação na nuvem (<i>Cloud Computing</i>)	98
1.3.5	Tecnologias Inovadoras e a Tributação do Consumo	102
1.3.5.1	Internet das Coisas	102
1.3.5.2	Impressão 3D	104
1.3.5.3	Moedas Virtuais	106
1.4	Respostas aos Objetivos Específicos do Capítulo	112
2	RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA PARA A TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO DA ECONOMIA DIGITAL	117
2.1	Discussões nos Organismos Internacionais	120
2.2	Implementação Harmonizada do Princípio do Destino	125
2.2.1	Diretrizes para Garantir a Neutralidade e Determinar o Local do Consumo	126
2.2.2	Fortalecimento da Capacidade Impositiva do Fisco do Destino	135
2.2.2.1	Obrigações de Registro dos Provedores Estrangeiros no País do Destino	137
2.2.2.2	Atribuição de Responsabilidade a Terceiros	140
2.2.2.2.1	Responsabilidade das Plataformas Digitais	140
2.2.2.2.2	Responsabilidade de Outros Intermediários e dos Adquirentes	150
2.2.2.3	Cooperação Internacional em Matéria Fiscal	151
2.2.3	Importação de Bens de Pequeno Valor	152
2.3	Experiências Recentes de Adaptações de Sistemas Tributários às Recomendações dos Organismos Internacionais	156
2.3.1	Austrália e Nova Zelândia: o Encaixe dos IVAs Modernos	158
2.3.2	União Europeia: a Harmonização do IVA em Países com Competências Tributárias Próprias	160
2.3.3	América Latina: as Experiências Particulares de nossos Vizinhos	164
2.4	Respostas aos Objetivos Específicos do Capítulo	175
3	A TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO NO BRASIL DIANTE DOS DESAFIOS DA ECONOMIA DIGITAL	179
3.1	A Construção e a Desconstrução da Tributação do Consumo no Brasil	181

3.1.1	Da Proclamação da República até a Reforma Tributária de 1965	182
3.1.2	A Tributação do Consumo na Reforma Tributária de 1965	186
3.1.3	O Desgaste do Modelo e a Oportunidade Perdida na Assembleia Constituinte de 1987-88	192
3.1.4	A Desconstrução do Modelo de 1965 no Pós-1988	198
3.2	O Enfraquecimento do Modelo diante da Economia Digital	205
3.2.1	Creditamento Limitado	206
3.2.2	Híbrido do Princípio da Origem e do Destino	209
3.2.3	Conflitos de competências	210
3.2.3.1	A Tributação de Mercadorias e Serviços (ICMS-Mercadorias vs ISS)	211
3.2.3.1.1	Evolução Jurisprudencial no STF sobre a Dicotomia Mercadorias e Serviços	212
3.2.3.1.1.1	ICMS sobre Bens Incorpóreos	212
3.2.3.1.1.2	ISS e Obrigação de Fazer	218
3.2.3.1.2	Evolução Legislativa e Disputa entre os Entes	221
3.2.3.1.3	Possíveis Consequências do Julgamento sobre a Tributação do <i>Software</i>	223
3.2.3.2	A Tributação de Serviços de Comunicação e Transporte Não Locais e dos Demais Serviços (ICMS-Comunicação e Transporte vs ISS)	224
3.2.4	Estreitamento da Base Tributável dos Serviços (ISS vs Não Incidência)	229
3.2.5	Tributação de Contratos Mistos	234
3.2.6	Tributação dos Modelos de Negócios e Tecnologias Digitais Analisados	236
3.3	Respostas aos Objetivos Específicos do Capítulo	239
4	POSSIBILIDADES DE INCORPORAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO NO BRASIL	241
4.1	Breves Anotações sobre os Cenários a serem Analisados e sobre o Atual Grau de Integração das Administrações Tributárias	246
4.2	Cenário I: Manutenção da Estrutura Tributária Atual	251
4.2.1	Enfrentamento dos Problemas Estruturais do Ordenamento Brasileiro	252

4.2.2	Recomendações Internacionais relacionadas a Serviços e Intangíveis	254
4.2.3	Recomendações Internacionais relacionadas a Bens Tangíveis de Pequeno Valor	268
4.3	Cenário 2: Ajustes Infraconstitucionais nos Tributos Existentes	270
4.3.1	Enfrentamento dos Problemas Estruturais do Ordenamento Brasileiro	270
4.3.2	Recomendações Internacionais relacionadas a Serviços e Intangíveis	277
4.3.3	Recomendações Internacionais relacionadas a Bens Tangíveis de Pequeno Valor	279
4.4	Cenário 3: Criação de um Novo Tributo para a Economia Digital	279
4.5	Cenário 4: Reforma Constitucional dos Tributos Existentes	282
4.5.1	Enfrentamento dos Problemas Estruturais do Ordenamento Brasileiro	284
4.5.2	Recomendações Internacionais relacionadas a Serviços e Intangíveis	285
4.5.3	Recomendações Internacionais relacionadas a Bens Tangíveis de Pequeno Valor	286
4.6	Cenário 5: Unificação dos Tributos sobre o Consumo em um IVA Nacional ou Dual	286
4.6.1	Enfrentamento dos Problemas Estruturais do Ordenamento Brasileiro	289
4.6.2	Recomendações Internacionais relacionadas a Serviços e Intangíveis	292
4.6.3	Recomendações Internacionais relacionadas a Bens Tangíveis de Pequeno Valor	296
4.7	Cooperação Internacional em Matéria Fiscal e a Realidade Brasileira	296
4.8	Respostas aos Objetivos Específicos do Capítulo	298
	CONCLUSÕES	305
	REFERÊNCIAS	313